Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Mato Grosso do Sul, CNPJ 06 960 018/0001-11 sito à Rua Joel Dibo, 267, 2º andar, centro, CEP 79 002-060, Campo Grande/MS, fundado em 20/08/2004 registrado no livro a-11 sob o número 264.944.

Ata da Reunião 129 (centésima vigésima nona)

1 Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e dezessete, às 16 horas e 20
2 minutos no Auditório do IAGRO, na Avenida Filinto Muller, 1146, em Campo
3 Grande/MS, conforme convocação do COSEMS/MS reuniu-se em assembleia 55
4 Secretários Municipais de Saúde, conforme registro nas folhas 12 e 13 do livro de
5 presença, sendo a reunião presidida por Wilson Braga, Presidente do COSEMS/MS.
6 Aprovação da ata da reunião 128. A Sra. Adriana diz que a fala do FIS não está muito
7 claro. O Sr. Júlio diz que a ata aprovada e da reunião 128 e não a do mês Junho
8 quando ocorreu a apresentação sobre o FIS. Aprovada a Ata da reunião 128 do mês
9 de Agosto. A aprovação pauta desta reunião de nº 129: na ordem do dia: composição
10 da nova Diretoria Executiva do COSEMS/MS. 1) Pactuações: 1.1) Projeto de
11 transporte eletivo sanitário. 1.2) Elenco de medicamentos para atender urgência e
12 emergência em unidades de saúde que não possuem o profissional farmacêutico.
13 Houve solicitação de inclusões: 1.3) Reabilitação da vigilância epidemiológica
14 hospitalar desabilitados referente à Portaria nº 183 de 30 de janeiro de 2014 para a
15 Manutenção de Ações e Serviços Públicos Estratégicos de Vigilância em
16 Saúde. (CEVE). 1.4) Desabilitação do SAE de Aquidauana e habilitação da inclusão
17 dos municípios da microrregião de Aquidauana para atendimento dos pacientes dos
18 pacientes no SAE de Anastácio. (Gerencia de DST/AIDS). 2) Apresentação e
19 Debates: 2.1) Pós Graduação no âmbito do SUS para profissionais médicos. Houve
20 inclusão de pauta: 2.1) TFD- não disponibilização pelo Estado. 3) Informes: não houve.
21 Aprovada a pauta com as inclusões, o Sr. Wilson começa a reunião relatando sobre a
22 carta de renúncia da presidência do COSEMS/MS enviada pelo Sr. Sérgio Périus, bem
23 como da saída do Sr. Reinaldo Mendonça Costa da vice-presidência no mês de
24 Agosto. Era para ter indicado a substituição da vice-presidência, mas não foi possível
25 fazê-lo. Diz que levando em conta o estatuto a nova composição será: presidente
26 Wilson Braga, vice-presidente Eduardo Moraes dos Santos, Secretário de Aquidauana,
27 primeiro secretário Renato Oliveira Garcez Vidigal, Secretário de Dourados e segundo
28 Secretário o Sr. Rogério dos Santos Leite. Permanecendo a Sra. Maria Angélica
29 Benetasso como primeira tesoureira e Alfredo Alexandrino dos Santos Junior como
30 segundo tesoureiro. Diz que o Conselho Deliberativo e Fiscal ficará composto: primeiro
31 titular, Sr. Carlos Alberto Serafim dos Santos, Secretário de Dois Irmãos do Buriti;
32 primeiro suplente, Sr. José Brito da Silva, Secretário de Selvíria; segundo titular, Sr.
33 William Gonçalves, Secretário de Caracol; segundo suplente Patrick Carvalho Derzi,
34 Secretário de Ponta Porã; terceiro titular, Silmara de Souza Braga, Secretária de Santa
35 Rita do Pardo e terceiro suplente Edvan Thiago Barros Barbosa, Secretário de Naviraí.
36 Permanecendo como quarto titular, Marco Andrei Guimarães, Secretário de Porto
37 Murtinho e como quarto suplente, Marcelly Freitas Trindade, Secretária de Jardim. O
38 Sr. Wilson diz que trás esta nova composição para homologação nesta reunião do
39 COSEMS/MS. Diz também que nos critérios de indicação, foram levado em
40 consideração as macrorregiões, assim distribuídos: dois representante da
41 macrorregião de Campo Grande, um representante da macrorregião de Dourados, um
42 representante da macrorregião de Corumbá e dois representantes da macrorregião de
43 Três Lagoas. Ressalta que o nome do Sr. Eduardo Moraes dos Santos deveria ter sido
44 apresentado pelo Sr. Sérgio Périus, como vice-presidente em substituição aos Sr.
45 Reinaldo Mendonça Costa na reunião do COSEMS/MS do mês de Agosto, mas devido
46 à reunião onde só estavam presentes os Secretários, não foi possível fazê-lo. Diz
47 ainda que todos os assuntos pactuados naquela reunião serão mantidos por esta nova
48 diretoria e que pretende dialogar com o Estado no sentido de melhorar o sistema para
49 todos os municípios. Que esteve participando em uma reunião juntamente com

50 presidente da ASSOMASUL, Arlei Caravina, o Sr. Guaraci e Sr. Peralta, ambos do
51 Estado, onde foi apresentado a necessidade de repassar os recursos em atraso pelo
52 Estado. Diz que ficou decidido uma nova reunião para o dia 26 de Setembro na parte
53 da manhã, onde o Estado irá apresentar uma previsão de como será feito esses
54 repasses em atraso para ser apresentado aos senhores, talvez até na CIB do dia
55 26/09. A Sra. Patrícia Marques, Secretária de Antônio João questionou sobre como foi
56 feito pela diretoria a interpretação do artigo 15 do Estatuto do COSEMS/MS. Ela lê o
57 artigo 15 do Estatuto e diz que no seu entendimento, quando o estatuto se refere
58 hierarquicamente a mesma deverá ser para todos os cargos, não podendo preencher
59 os cargos com outros senão os remanescentes da diretoria e só preencher os cargos
60 com outros após seguir esta hierarquia. Sendo assim na sua opinião deveria ser
61 seguido esse entendimento. O Sr. Wilson defende que hierarquicamente é só para
62 substituição da presidência. A Sra. Patrícia insiste no seu entendimento.
63 O Sr. Alfredo Alexandrino Secretário de Saúde de Agua Clara e 2º tesoureiro do
64 COSEMS/MS, diz que para que não ocorresse dúvidas nestas indicações, a diretoria
65 consultou a assessoria jurídica e a mesma confirmou como certo, o entendimento da
66 diretoria e era legal. A Sra. Angélica diz que na diretoria anterior, quando da vaga
67 de cargos, o procedimento realizado foi o mesmo. Afirma que quando o estatuto diz
68 que apenas em caso de vaga do Presidente a substituição será conforme a
69 hierarquia e que para os demais cargos pode-se proceder a substituição por qualquer
70 membro. Diz que a está se fazendo a apresenta Ad referendum e será homologado
71 em Assembleia Geral. A Sra. Patrícia insiste em sua interpretação, que todas as
72 substituições devem seguir a hierarquia e questiona se estão falando do mesmo
73 estatuto. A Sra. Angélica afirma que sim e lembra que o artigo 15 não foi modificado
74 quando da aprovação do estatuto em Dezembro de 2016. A Sra. Patrícia insiste em
75 sua interpretação. Lembra que está não é uma assembleia geral e sim uma reunião
76 ordinária. A Sra. Angélica diz se dá posse apresenta em assembleia para
77 homologação. O Sr. Wilson diz está apresentando esta composição e ela será
78 mantida. A Sra. Adriana Tobal, Secretária de Costa Rica diz que ninguém é contra, só
79 gostaria de ver a interpretação do estatuto, pois compactua com a opinião da
80 Secretária Patrícia na interpretação do hierarquicamente. O Sr. Wilson fala sobre o
81 parecer da Assessoria Jurídica do COSEMS/MS e o mesmo diz que a forma de
82 interpretação da Diretoria é correta. O Sr. Rogério, Secretário de Coxim questiona
83 quem é a assessoria jurídica do COSEMS/MS e de onde são. A Sra. Angélica
84 responde que é a empresa Ferreira e Novaes estabelecida em Campo Grande. O Sr.
85 Rogério diz que esta é uma reunião ordinária do COSEMS/MS e que para
86 homologação dos nomes apresentados deve-se convocar uma Assembleia Geral
87 conforme versa o estatuto do COSEMS/MS. Diz ainda que nesta assembleia pode-se
88 homologar ou não os nomes. Diz que a questão levantado pela Sra. Patrícia há o
89 entendimento de vários advogados ligados a nós que se deve seguir hierarquicamente
90 para todos os cargos. A Sra. Angélica diz que hoje estavam apresentando os novos
91 membros Ad Referendum e que devido curto espaço de tempo entre a saída do Sergio
92 da presidência e a reunião de hoje, não foi possível convocar uma Assembleia Geral,
93 já que a mesma necessita de 15 dias de antecedência. Diz que com certeza será
94 convocada a assembleia geral para a homologação dos nomes. O Sr. Rogério lê o
95 estatuto nos seus artigos de 08 a 11, onde fala sobre a convocação da assembleia.
96 Afirma que sendo assim deve-se convocar a assembleia geral para homologação. O
97 Sr. Eduardo, diz que no ver esta pode ser uma assembleia e que sua indicação foi
98 mantida devido ao convite do Sergio quando da saída do Reinaldo. E o Sr. Wilson me
99 convidou e manteve o convite. O Sr. Rogério diz que o problema não é a indicação do
100 Sr. Eduardo. A Sra. Angélica diz que este era o entendimento da diretoria e que o Sr.
101 Wilson deveria pedir parecer que seria apresentado na assembleia. O Sr. Wilson diz
102 que mantém as indicações Ad Referendum e que deveriam marcar uma data para a
103 assembleia Geral de homologação dos nomes e que fara uma consulta sobre o
104 assunto. Sra. Angélica diz que deveria decidir a data para assembleia conforme o

105 estatuto. O Sr. Rogério acha que a assembleia deveria ser na data da próxima reunião
106 do COSEMS/MS, em outubro. Foi proposto que os horários das reuniões fossem
107 mudados: as reuniões das CIRs aconteceriam às 09:30 horas e a reunião do
108 COSEMS/MS às 13:30 horas. Os municípios mais distantes foram contra essa
109 mudança, uma vez que teriam que deslocar um dia antes ou iniciarem a viagem em
110 horário inadequado. Sr. Wilson diz se cumprirmos os horários estabelecidos para início
111 das CIRs e reunião do COSEMS/MS, bem como fazer uma pauta mais enxuta, pode-
112 se manter os horários atuais. Foi apresentada a sugestão de realizar a Assembleia
113 Geral do COSEMS/MS no mesmo dia da reunião do COSEMS/MS. Realiza a
114 Assembleia Geral e logo após inicia-se a reunião do COSEMS/MS. Proposta aceita
115 por todos. O Sr. Rogério faz a sugestão de realizar uma consulta junto a Ordem dos
116 Advogados do Brasil – OAB referente a interpretação do artigo 15 do Estatuto. Sr.
117 Wilson concorda e confirma a marcação da assembleia para dia 23/10. A Sra.
118 Angélica diz que a assessoria do CONASEMS poderia ser consultada. Sr. Rogério diz
119 aproveitar para solicitar sempre transparências nas decisões e cita que o Sr. Sergio
120 havia agendado com o mesmo uma visita ao Deputado Junior Mochi que autorizou a
121 utilização do Duodécimo para pagamento dos recursos em atrasos e já recebidos.
122 Também solicita que seja realizada prestação de contas da gestão anterior na próxima
123 reunião. A Sra. Angélica diz que não pode estar presente na última reunião para
124 participar da prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2017, que foi
125 apresentado pelo Sergio. Diz que será feito a prestação de contas do segundo
126 quadrimestre na próxima reunião e que a prestação de contas do ano da gestão
127 anterior foi também aprovada pelo Conselho Fiscal do CONASEMS. O Sr. Wilson dá
128 continuidade a reunião com a antecipação da apresentação do item 2.1 realizada pelo
129 Sr. Adilson Puertes - representante do projeto para a Região Centro-Oeste. Diz ser o
130 PGSUS - Pós Graduação no âmbito do SUS para profissionais médicos. Que o
131 programa já está em funcionamento em vários municípios do País e em se tratando de
132 especialização, crê que poderia ser aproveitado pelos municípios do nosso estado
133 devido os moldes de contratação. É um programa chancelado pela Universidade
134 Carlos Chagas, com profissionais de renome nacional e internacional como
135 responsáveis técnicos. Informa seu contato: 67 99202 2220 – caso algum interessado
136 tenha necessidades de conhecer melhor o projeto, ele poderá passar maiores
137 detalhamentos e por entender ser uma oportunidade boa para a saúde como um todo,
138 trazendo oportunidade de economia e aprendizado aos profissionais.

139 No item 1.1 não apresentado devido a não presença dos responsáveis técnicos da
140 SES/MS. Foi retirado de pauta. O item 2.2 foi apresentado pela Coordenadoria de
141 Atenção Especializada/SES/MS alista de medicamentos para urgência e emergência
142 na Atenção Básica, com o objetivo de atender as unidades de saúde que não
143 possuem no quadro profissional farmacêutico. Diz que considerando que o
144 **acolhimento na unidade de saúde deve estar associado a uma classificação de**
145 **risco**, onde: os usuários categorizados em **situação de emergência ou em casos**
146 **de muita urgência devem receber avaliação e tratamento simultâneos e**
147 **imediatos** no ponto de atenção no qual derem entrada (Elenco de
148 medicamentos que estamos padronizando); Para isso a **equipe de Saúde da Família**
149 **deve estar preparada tecnicamente e com equipamentos adequados** para
150 prestar esse atendimento, e após, encaminhar o paciente a um ponto de atenção
151 ideal para o atendimento resolutivo do caso; sendo Os usuários categorizados
152 em **situação pouco urgente ou não urgente** deverá receber avaliação e prescrição
153 do tratamento na própria UBS, e se a UBS não dispuser de Farmácia, o paciente
154 deverá ser orientado a procurar o estabelecimento mais próximo. Diz que obedecendo
155 aos critérios do **PMAQ**, a presença de alguns itens para atender as urgência e
156 emergência nas Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família/Postos de Saúde é
157 checada (relação de medicamentos 22 itens) quando há visita dos consultores do
158 Ministério da Saúde para fazer avaliação da unidade; Diz que no dia 25/08/2017 foi
159 realizada **reunião da Comissão Estadual de Farmacoterapia** para definir um elenco

160 de medicamentos para urgência e emergência na Atenção Básica para as Unidades
 161 de Saúde que não possuem no quadro de funcionários o profissional Farmacêutico
 162 lotado; Optou-se pela **NÃO inclusão dos antibióticos no kit de emergência** porque
 163 tem uso controlado, e também porque podem ocorrer perdas no caso de suspensão
 164 para crianças, que após preparo possui prazo de validade curto (normalmente 1
 165 semana); Quando houver prescrição pelo médico, deve-se orientar que o paciente
 166 **procure o mais rápido possível a farmácia mais próxima**. Foi acordado também
 167 pelo COMEFA que **não serão estabelecidas quantidades** de cada item para o kit de
 168 medicamentos, que essa função ficará para cada município estipular a sua, de acordo
 169 com a realidade de cada um, pois tem unidades grandes com mais fluxo de pessoas e
 170 outras menores. **Os municípios poderão complementar esta relação abaixo**,
 171 considerando a sua realidade e a sua REMUME, desde que, mantenham o objetivo de
 172 atendimento de emergência e priorizem medicamentos com a forma farmacêutica
 173 injetável.

Medicamento	Concentração	Apresentação
Adrenalina/Epinefrina	1mg/ml	sol. inj./ampola
Atropina	0,25mg/ml	sol. inj./ampola
Succinato sódico de Hidrocortisona	100mg	pó para sol. inj.
Succinato sódico de Hidrocortisona	500mg	pó para sol. inj.
Glicose	50%	sol. inj./ampola
Soro fisiológico	0,9%	sol. inj./ampola
Soro fisiológico	0,9%	sol. inj./frasco
Soro glicosado	5%	sol. inj./frasco
Cloridrato de prometazina	25mg/ml	sol. inj./ampola
Diazepam	5mg/ml	sol. inj./ampola
Decanoato de haloperidol	50mg/ml	sol. inj./ampola
Brometo de ipratrópio	0,25mg/ml (equiv. a 0,202 mg/ml de ipratrópio)	sol. inalação/frasco
Dinitrato de isossorbida	5mg	comprimido sublingual
Ácido acetilsalicílico	100mg	comprimido
Cloridrato de tiamina	300mg	comprimido
Captopril	25mg	comprimido
Cloridrato de amiodarona	50mg/ml	sol. inj./ampola
Insulina NPH		sol. inj./frasco ampola
Insulina Regular		sol. inj./frasco ampola

Dipirona sódica	500mg/ml	sol. inj./ampola
Paracetamol	200mg/ml	solução oral
Furosemida	10mg/ml	sol. inj./ampola

174 O item 1.3 apresentado pela CEVE/SES/MS, a reabilitação da vigilância
175 epidemiológica hospitalar desabilitados referente a portaria 183 de 30 de Janeiro de
176 2014 para manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em
177 saúde. Diz que o assunto já foi discutido na CIR de Campo Grande, após reunião com
178 a equipe técnica da SESAU, sendo que o Hospital Universitário e o Hospital Regional
179 será reativados, enquanto a Santa Casa, apesar de participar da reunião, não se
180 manifestou. O item 1.4 apresentado pelo Secretaria de saúde de Aquidauana diz que
181 seu município solicitou a desabilitação do SAE. Ficou acertado junto ao Estado que os
182 municípios da microrregião serão atendidos pelo SAE de Anastácio, após sua
183 habilitação. Ficou também acertado que será realizada uma consulta junto ao
184 Ministério da Saúde sobre o remanejamento dos recursos para Anastácio. O item 2.2
185 apresentado pelo Sr. Flávio Galdino, Secretário de Saúde de Coronel Sapucaia. O
186 mesmo solicitou que o COSEMS/MS se inteirasse do assunto: não disponibilização do
187 TFD pelo Estado e a dificuldade que está ocorrendo para enviar os pacientes para
188 tratamentos em outros municípios. Diz que muitas vezes o seu município não tem
189 como arcar com essas despesas e que por isso ocorre uma pressão muito grande
190 junto as gestores. A Sra. Adriana complementa que, existe os pacientes
191 transplantados também. Diz gostaria de incluir também que a Casa da Saúde está em
192 falta de muitos medicamentos. Exemplifica que todos os meses há atraso no repasse
193 de hormônio de crescimento e que muitas vezes acaba interrompendo p tratamento
194 deixando as mães desesperadas. Diz ainda que neste mês só para seu município
195 havia uma falta de nove medicamentos e que seu município vem bancando a compra
196 desses medicamentos. Solicita que o COSEMS/MS apresente estes assuntos na CIB
197 de 26/10 sobre a Casa da Saúde e TFD. A Secretária de Antônio João, Patrícia
198 também solicita que seja levado a CIB, os problemas que seu município vem sofrendo
199 com as demandas judiciais partilhadas com o Estado. Diz que quando é o mês do
200 Estado disponibilizar o medicamento, o mesmo não o faz. Diz que no seu município de
201 27 demandas apenas 14 foram atendidas pelo Estado. A Sra. Priscilla de Fátima do
202 Sul também afirma que seu município tem problemas com o TFD e diz que muitas
203 vezes o paciente tem dificuldade para agenda o atendimento e na hora não recebe o
204 TFD. Solicita ao COSEMS/MS ver junto a SES/MS uma justificativa por escrito para
205 ser apresentado ao paciente. A Sra. Adriana diz que: "haverá um momento que
206 teremos de gravar as conversa telefônicas para serem usadas com justificativas junto
207 ao Ministério Público". Diz que os municípios montam os processos, enviam e só
208 recebem resposta por telefone em cima da hora. Foi colocado por alguém sobre a
209 omissão do Estado quanto TFD, judicialização e repasses em atraso. Solicita mais
210 ação do COSEMS/MS. O Sr. Wilson diz que levará o assunto para discussão na
211 próxima reunião da CIB dia 26/09. Pois seu município também sofre com esses
212 problemas. Diz que no dia 26/10 participará de uma reunião na SES para discutir
213 sobre os repasses em atraso. Nada mais havendo a ser discutida, a reunião foi
214 encerrada e esta Ata Lavrada vai assinada por mim, Júlio Maria da Silva, Secretário
215 Executivo do COSEMS/MS, sendo que os demais membros registram presença em
216 livro Ata próprio.